



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE COGESTÃO DO PARQUE NATURAL DO LITORAL NORTE, REALIZADA AOS 14 DE JULHO DE 2026:

Ao décimo quarto dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, nas instalações da Câmara Municipal de Esposende, realizou-se a 53.^a reunião ordinária da Comissão de Cogestão do Parque Natural do Litoral Norte (PNLN), sob a presidência do Doutor Carlos Silva, Presidente da Câmara Municipal de Esposende (CME), estando presentes os seguintes membros, com direito a voto:

- **Carlos Rio**
(Representante de organizações não-governamentais de ambiente e equiparadas)
- **Liliana Ferreira**
(Chefe da Divisão de Conservação da Natureza, Biodiversidade e Ação Climática | CCDR-N, I.P.)
- **Jorge Dias**
(Diretor do Departamento Regional de Conservação da Natureza e Biodiversidade do Norte | ICNF, I.P.)
- **Patrícia Silveira**
(Chefe da Divisão de Recursos Hídricos do Litoral da Administração da Região Hidrográfica do Norte)

Participaram ainda, sem direito a voto, as seguintes personalidades, instituições ou serviços:

- **Anabela Almeida**
(Diretora do Departamento de Promoção da Sustentabilidade | EAmb – Esposende Ambiente, E.M.)
- **Artur Viana**
(Técnico Superior, Direção Regional de Conservação da Natureza e Florestas do Norte | ICNF, I.P.)
- **Carlos Ferreira**
(Técnico Superior, Gabinete Técnico Florestal | Câmara Municipal de Esposende)
- **Fátima Escrivães**
(Vereadora do Município de Esposende)
- **Irene Fontes**
(Chefe de Divisão da Estrutura Sub-regional de Braga, CCDR-N, I.P.)
- **Raquel Leite**
(Chefe da Divisão de Desenvolvimento Económico e Empreendedorismo | Câmara Municipal de Esposende)
- **Sofia Duarte**
(Investigadora Auxiliar no Centro de Biologia Molecular e Ambiental | Universidade do Minho)
- **Vasco Ferreira**
(Técnico afeto à Cogestão da Área Protegida)

Registaram-se as seguintes ausências:

- Representante da Universidade do Minho;
- Representante da EAmb – Esposende Ambiente, E.M;
- Representante da Associação dos Pescadores Profissionais do Concelho de Esposende

A reunião foi secretariada por Vasco Ferreira, técnico afeto à Cogestão da Área Protegida no âmbito do Projeto «Cogestão de áreas protegidas 2025-2028», aprovado pela Portaria n.º 247/2025/2, de 4 de abril. Havendo quórum *[estando presentes fisicamente na reunião ou a participar através de meios telemáticos, pelo menos, um terço dos seus membros, com direito a voto]*, a sessão teve início às dez horas, com a declaração de abertura da reunião por parte de Carlos Silva.

Apresentou-se a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. *[deliberação]* Aprovação da Ata da reunião ordinária de dia 9 de junho de 2026 (LII reunião);
2. *[informação]* Painéis informativos: responsabilidades na definição, colocação e manutenção.
3. *[informação]* Conferência subordinada ao tema "Que PDM precisamos?" – 25 de julho;
4. *[Acompanhamento / Articulação]* III Edição do concurso de fotografia "Um olhar Natural" e Dia aberto do PNLN – 21.º aniversário; Proposta de protocolo;
5. *[Acompanhamento / Articulação]* Desafetação de zonas de caça no PNLN;
6. *[informação]* Aviso AAC n.º 05/2025 – "Cogestão de Áreas Protegidas 2025–2026 – Componente II – Dinamização de Áreas Protegidas" – Resultado da audiência prévia; Projeto Horizonte Natural – Natureza, Cultura e Geodiversidade – aprovado, promovido pelo PNPG em parceria com o PNLN;
7. *[informação]* Revisão da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030;
8. *[informação]* EEA Grants - O Programa Crescimento Azul, com uma dotação de 57,6 milhões de euros, irá apoiar projetos que promovam a inovação, a sustentabilidade e a valorização dos recursos marinhos.
9. *[Acompanhamento / Articulação]* ECOLITORAL e REPHIC – ponto de situação;
10. *[Acompanhamento / Articulação]* Avaliação da execução do Plano de Cogestão 2023-2026;
11. *[Acompanhamento / Articulação]* Revisão do Plano de Cogestão 2027-2030 – ;
[Outros assuntos]

Em cada reunião ordinária haverá um período de “outros assuntos”, que não poderá exceder trinta minutos, para discussão e análise de quaisquer assuntos não incluídos na ordem de trabalhos.

12. *[informação]* Encerramento e agendamento da 54.^a reunião.

[ponto 1.] Iniciando a reunião, procedeu-se à apreciação da Ata da reunião de dia 9 de junho de 2026:

A COMISSÃO DE COGESTÃO DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA 52.^a REUNIÃO.

[ponto 2.] Foi prestada informação sobre o enquadramento das responsabilidades associadas à definição dos conteúdos, conceção, localização, instalação e manutenção dos painéis informativos existentes e a instalar no território do Parque Natural do Litoral Norte. No âmbito da discussão, foram abordados os diferentes modelos de articulação institucional e a necessidade de clarificar procedimentos e responsabilidades entre as entidades envolvidas, de forma a assegurar a coerência da informação disponibilizada ao público, a sua atualização e a adequada conservação das infraestruturas interpretativas.

[ponto 3.] Foi prestada informação sobre a conferência subordinada ao tema “Que PDM precisamos?”, realizada no dia 25 de julho, tendo sido efetuado um breve enquadramento da iniciativa.

[ponto 4.] Foi efetuado um ponto de situação sobre a organização da III Edição do Concurso de Fotografia “Um Olhar Natural” e do Dia Aberto do Parque Natural do Litoral Norte, integrado nas comemorações do seu 21.º aniversário. No âmbito deste ponto, foi apreciada a proposta de protocolo do evento, tendo sido debatidos os respetivos aspetos organizativos e de funcionamento, bem como a lista de convidados e o procedimento a adotar para a cerimónia de entrega dos prémios.

[ponto 5.] Foi efetuado um ponto de situação relativo ao processo de desafetação de zonas de caça no Parque Natural do Litoral Norte, tendo sido partilhada informação sobre o estado do procedimento e debatidos os aspetos relacionados com a articulação entre as entidades envolvidas.

[ponto 6.] Foi prestada informação sobre o resultado da audiência prévia relativa à candidatura apresentada ao Aviso AAC n.º 05/2025, tendo sido comunicado que a

mesma não obteve financiamento, por insuficiência da dotação orçamental disponível. Foi ainda apresentado o projeto “Horizonte Natural – Natureza, Cultura e Geodiversidade”, promovido pela Comissão de Cogestão do Parque Nacional da Peneda-Gerês, em parceria com a Comissão de Cogestão do Parque Natural do Litoral Norte, cuja candidatura foi aprovada. O projeto visa reforçar a cooperação entre as duas áreas protegidas através da implementação de ações de capacitação dos agentes da cogestão, iniciativas de educação e sensibilização ambiental, valorização da geodiversidade, do património natural e cultural, promoção de produtos e serviços associados às áreas protegidas, realização de publicações e ações de divulgação, bem como intervenções de restauro ecológico, redução de riscos naturais e valorização de geossítios.

[ponto 7.] Foi prestada informação sobre o resultado da audiência prévia relativa à candidatura apresentada ao Aviso AAC n.º 05/2025, tendo sido comunicado que a mesma não obteve financiamento, por insuficiência da dotação orçamental disponível. Foi prestada informação sobre a revisão da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (ENCNB 2030), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 125/2026, de 17 de junho. A revisão atualiza a Estratégia à luz do Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal, da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade 2030 e do Regulamento Europeu do Restauro da Natureza, reforçando o seu papel como instrumento central da política nacional de conservação da natureza e restauro ecológico.

A ENCNB 2030 passa a estruturar-se em quatro eixos estratégicos: Conservação e Restauro de Ecossistemas; Gestão Integrada e Sustentável do Território; Valorização Económica e Social da Biodiversidade e da Geodiversidade; e Governança e Conhecimento. Entre as principais alterações destacam-se a centralidade atribuída ao restauro ecológico, a integração transversal das alterações climáticas, o reforço da monitorização e do conhecimento científico e a maior participação da sociedade civil, das comunidades locais e dos agentes económicos.

No que respeita às áreas protegidas, a Estratégia reforça a importância da gestão de proximidade e participativa, reconhecendo os municípios como parceiros essenciais e consolidando o modelo de cogestão enquanto modelo colaborativo entre o ICNF, autarquias, entidades científicas, organizações não governamentais e outros agentes

do território. São igualmente reforçadas as exigências em matéria de restauro de ecossistemas, monitorização da biodiversidade, redução da poluição e integração da conservação nas políticas de desenvolvimento territorial.

[ponto 8.] Foi prestada informação sobre o Programa Crescimento Azul, instrumento de financiamento orientado para o reforço da criação de valor e para o crescimento sustentável da economia azul em Portugal, através do apoio à inovação verde e azul, à investigação e ao desenvolvimento de competências.

O Programa tem como objetivo central impulsionar o crescimento sustentável dos setores marinho e marítimo, reforçando a competitividade das empresas, em particular das PME, a eficiência na utilização dos recursos, a inovação tecnológica, a investigação científica e a capacitação de pessoas e organizações.

O Programa organiza-se em três áreas estratégicas principais: Negócios Verdes e Inovação, dirigida ao apoio a empresas que desenvolvam produtos, serviços ou processos inovadores ligados ao mar; Investigação, destinada a projetos científicos que reforcem o conhecimento marinho e apoiem a inovação; e Educação, Formação e Emprego Jovem, abrangendo iniciativas de capacitação, sensibilização, literacia do oceano, empreendedorismo e criação de oportunidades para jovens no setor azul.

Entre os resultados pretendidos encontram-se a promoção da inovação e competitividade da economia azul, o desenvolvimento de conhecimento científico e tecnológico aplicado ao oceano, a criação de emprego qualificado e de novas competências, o reforço da cooperação internacional e a sensibilização da sociedade para a importância do oceano. O Programa prevê ainda o fortalecimento da cooperação bilateral entre Portugal e os países doadores dos EEA Grants — Noruega, Islândia e Liechtenstein.

Foi igualmente referido que o Programa dispõe de um volume financeiro global significativo, suportado por financiamento dos EEA Grants e por contribuição nacional, destinado à concretização das diferentes tipologias de intervenção previstas.

Neste âmbito, Vasco Ferreira solicitou ao Sr. Presidente a realização de uma reunião para apresentação de uma proposta de projeto com potencial enquadramento e candidatura ao Programa Crescimento Azul, com vista à análise da sua pertinência, oportunidade e eventual desenvolvimento.

[ponto 9.] Foi efetuado um ponto de situação relativamente aos projetos ECOLITORAL e

REPHIC, tendo sido partilhada informação sobre o respetivo estado de execução, as atividades já desenvolvidas, as ações em curso e as previstas para as fases seguintes. Foi igualmente abordada a articulação entre as entidades parceiras, bem como os aspetos relacionados com a execução física e financeira dos projetos, de forma a assegurar o cumprimento dos objetivos e do cronograma estabelecido.

[ponto 10.] Foi efetuado um ponto de situação sobre a execução do Plano de Cogestão 2023–2026, tendo sido analisado o grau de concretização das ações previstas, a respetiva execução física e os principais resultados alcançados. Foram igualmente identificadas as ações em curso e as prioridades a desenvolver até ao termo do período de vigência do Plano, bem como abordados os aspetos relacionados com a monitorização e avaliação da sua implementação.

[ponto 11.] Foi efetuado um ponto de situação sobre o processo de elaboração do Plano de Cogestão do Parque Natural do Litoral Norte 2027–2030, tendo sido apresentada a estrutura geral do documento e as principais orientações estratégicas que enquadrarão o novo ciclo de planeamento. Foi referido que a proposta pretende assegurar a continuidade do modelo de cogestão, reforçando a conservação da natureza, o restauro ecológico, a valorização do Parque Marinho, a ciência e monitorização, a qualificação da visitação, a participação das comunidades e a articulação institucional, através de um conjunto integrado de eixos, medidas e projetos estruturantes para o território.

[ponto 12.] Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão de que se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos do Regulamento de Funcionamento desta Comissão. Carlos Silva deu como concluída a reunião pelas onze horas e trinta minutos, agendando a 54.^a reunião para dia 8 de setembro pelas 10:00, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Esposende.